

CARLOS AFFONSO SOUZA  
RONALDO LEMOS  
CELINA BOTTINO

# MARCO CIVIL DA INTERNET

*Jurisprudência comentada*

■ AUTORES

Chiara Spadaccini de Teffé, Mario Viola, Gabriel Itagiba,  
Beatriz Laus Marinho Nunes e Vinicius Jóras Padrão

2ª tiragem

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

# SUMÁRIO

<b>SOBRE OS COORDENADORES/AUTORES.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. PRIVACIDADE E DADOS PESSOAIS.....</b>	<b>19</b>
1. Introdução: privacidade e dados pessoais.....	19
2. Dados pessoais .....	20
2.1. O que são dados pessoais?.....	20
2.2. Dados cadastrais: delimitação e requerimentos de acesso por autoridade administrativa .....	21
2.2.1. Acesso por meio de ordem judicial requerida por particulares...	22
2.2.2. Necessidade de ordem judicial .....	23
2.3. Exclusão de dados pessoais.....	33
2.4. Consentimento, transferência de dados e requerimento para investigação criminal .....	34
3. Aspectos processuais da proteção de dados pessoais no Marco Civil da Internet...	38
3.1. Sanções contidas no artigo 12 do Marco Civil da Internet.....	38
3.2. Sucumbência e requisição de dados por ordem judicial .....	39
4. Guarda de registros de conexão e de acesso a aplicações.....	42
4.1. Noções básicas de registros de conexão e de registros de acesso a aplicações de Internet .....	42
4.2. Tempo de guarda .....	44
4.3. (In)existência de dever de guarda para dados cadastrais .....	47
5. Considerações finais .....	48
<b>2. BLOQUEIO DE APLICAÇÕES.....</b>	<b>51</b>
1. Introdução: contornos de uma medida extrema.....	51
2. Formas de bloqueio.....	53
2.1. Interferências diretas na infraestrutura da Rede.....	54

2.2.	Indisponibilização de aplicativos em lojas on-line.....	56
3.	Fundamentos para o bloqueio .....	62
3.1.	Poder geral de cautela do magistrado .....	62
3.2.	Interpretação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014).....	67
3.2.1.	A não aplicação do art. 12 no caso de descumprimento de ordem judicial .....	69
3.2.2.	As sanções previstas pelo art. 12 do Marco Civil da Internet...	71
3.2.3.	As transformações tecnológicas e o princípio da livre-iniciativa .....	73
3.3.	Legislação eleitoral .....	75
4.	O aplicativo <i>WhatsApp</i> .....	81
4.1.	A criptografia de ponta a ponta .....	83
4.2.	Ordens de bloqueio .....	84
4.3.	Considerações sobre o bloqueio do aplicativo <i>WhatsApp</i> .....	91
5.	Conclusão.....	93
<b>3.</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DE PROVEDORES .....</b>	<b>95</b>
1.	Introdução: os provedores de conexão e de aplicações .....	95
2.	Provedores de conexões: a sua (não) responsabilidade por ato de terceiros e outras questões .....	97
2.1.	A responsabilidade do provedor de conexão por ato próprio.....	99
2.2.	O oferecimento de conexão por wi-fi: classificação e responsabilidade...	99
3.	A responsabilidade civil do provedor de aplicações de Internet por conteúdo de terceiro .....	106
3.1.	O regime subjetivo de responsabilidade civil do provedor de aplicações de Internet por ato de terceiro: seleção de casos em Tribunais Estaduais...	120
3.2.	Prazo para a remoção do conteúdo.....	127
3.3.	Identificação clara e específica do conteúdo .....	130
4.	A responsabilidade civil por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais .....	134
4.1.	Remoção de conteúdo de terceiro protegido por direito autoral: mecanismo de notificação e retirada.....	135
4.2.	Análise do caso Botelho versus Google: Recurso Especial 1.512.647/MG ...	136

4.3. O regime de responsabilidade civil por violações a direitos autorais: seleção de casos .....	139
4.4. Necessidade de indicação precisa do endereço eletrônico para a remoção do conteúdo .....	142
4.5. Prazo para remoção .....	143
5. Violação de direito marcário e aplicabilidade do Marco Civil da Internet .....	143
6. Responsabilidade civil do provedor de aplicações de Internet por imagens con- tendo cenas de nudez ou atos sexuais de caráter privado.....	144
7. Responsabilidade civil do provedor de pesquisa .....	152
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>165</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>167</b>